

Manaus, sexta-feira, 28 de setembro de 2001

a crítica CIDADES c3

Fotos: Alberto César Araújo

DISCUSSÃO

# Índios reclamam da burocracia na saúde

**MELHORIA DO ATENDIMENTO SOFRE COM LENTIDÃO ADMINISTRATIVA E FALTA DE FISCALIZAÇÃO MAIS RIGOROSA**

ANA CELIA OSSAME

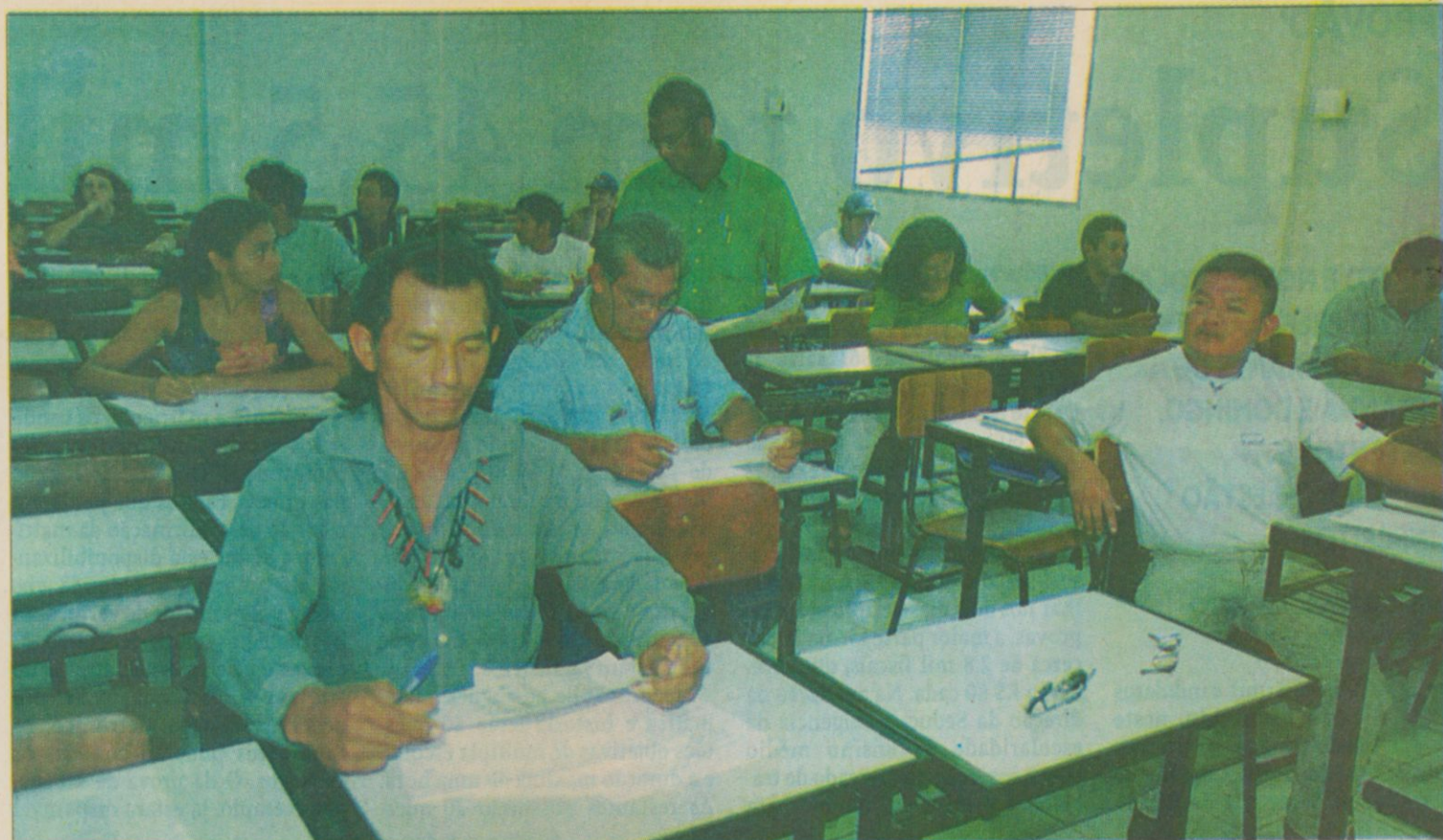
**A** pesar dos avanços com a ampliação e garantia no atendimento, a burocracia e a falta de entendimento de alguns secretários municipais de Saúde sobre as atribuições do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) ainda são entraves no atendimento à saúde do índio, garantiram algumas das 18 lideranças indígenas participantes da Sétima Reunião do Conselho

Distrital do DSEI/Manaus, encerrada ontem em Manaus.

Na documento final, os índios reivindicaram a agilização no atendimento a pacientes na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação de uma comissão interdistrital reunindo lideranças indígenas, profissionais de saúde e representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs).

O presidente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Euclides Pereira, disse que após a parceria desenvolvida entre a entidade e a Fundação Nacional da Saúde (Funasa) aconteceram melhorias significativas na área do atendimento, com a implantação de uma infra-estrutura para o trabalho de agentes de saúde e auxiliares de enfermagem.

Mas, ele reclama da dificuldade para acompanhar a efetiva uti-



ENTRAVES

Indígenas denunciam que são vistos como "incapazes" pela direção da Fundação Nacional de Saúde

lização dos recursos destinados pelo Ministério da Saúde (MS) à saúde indígena que é repassado aos municípios. O direcionamento é um avanço, segundo Euclides, mas acaba sendo um desafio para as lideranças acompanharem a utilização desses recursos na área da saúde indígena.

Euclides aponta a pressão política exercida por prefeitos e secretários de Saúde dos municípios com relação aos recursos e questiona a forma como os índios têm sido tratados nessa parceria com a Funasa. "Estamos

sendo vistos como prestadores de serviço que apenas cumprem um contrato e não como parceiros", criticou ele, explicando que esse fato acaba inibindo o posicionamento político dos índios diante dos problemas existentes, como a liberação de valores de recursos reduzidos para o atendimento a algumas áreas.

O presidente da Coiab revelou ainda, que a entidade está preocupada com a votação do orçamento da União para o próximo ano, no item que trata da saúde indígena. Segundo ele, a manu-

tenção ou ampliação do volume de recursos depende dos parlamentares, que precisam ser informados sobre o impacto positivo dessas verbas nas aldeias.

O secretário geral da Coiab, Agnelo Xavante, é outro que contesta a interpretação do governo sobre o programa dos Dseis. "Não estamos a serviço da Funasa, mas sim das comunidades indígenas, por meio de uma parceria com essa fundação", disse ele. E lembrou que, pelo distrito sanitário, as comunidades recebem atendimento preventivo e, quando

necessário, são encaminhadas aos hospitais da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para ele, o governo precisa superar o preconceito em relação à capacidade do direito de escolha das comunidades indígenas na condução de políticas públicas voltadas para os povos indígenas. "Estamos demonstrando que somos capazes de decidir o melhor para nossas comunidades, mas muitos dentro do governo, principalmente nas prefeituras, ainda querem nos tratar como incapazes", advertiu.

## VERBAS

### Outros setores são beneficiados

A presidente do Conselho Distrital de Manaus, Nevaldina Santana Lira, 33, da etnia mura, da área indígena

de Autazes (distante 118 quilômetros de Manaus), afirmou que a parceria entre a Funasa e a Coiab tem provocado a melhoria do atendimento à saúde no Distrito Sanitário Indígena de Manaus. Segundo ela, a presença de agentes de saúde e auxiliares de enfermagem nas aldeias tem possibilitado o controle e a redução de doenças como

diarréia, verminose e malária, que tinham altos índices naquela região. "No atendimento básico, as coisas melhoraram muito", explica Nevaldina. Ela adverte, no entanto, para a falta de entendimento de alguns secretários municipais de saúde sobre a forma de utilização dos recursos destinados aos municípios,

pelo Ministério da Saúde, para atendimento aos povos indígenas. "Alguns secretários dizem desconhecer índios nos seus municípios, por isso usam as verbas para outros setores", citou ela. Esse aspecto será uma das recomendações dos participantes do encontro. Membro do conselho distrital, o índio mura Antônio Batista Mota, 65,

explica que, nas 13 aldeias indígenas de Autazes, houve melhoria significativa no atendimento aos 2,7 mil índios. A diarréia, que afetava muito as crianças, teve índices reduzidos graças à presença dos agentes de saúde. Além de melhoria no atendimento aos doentes de malária, doença bastante presente naquela região.



**MURA**  
Nevaldina reclama do atendimento